

EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA E TRAVESSIA PARA A INCLUSÃO NA ESCOLA.

Mahyris Felix Coelho

Dr^a. Orientadora: Anna Cecilia Teixeira

RESUMO

Discute sobre a educação especial no que tange ao percurso histórico que durante um período no nosso país, a educação especial mal tinha "vez" no ensino, era algo que passava longe da nossa sociedade. E foi a partir de 1970 que a educação especial passou a ser vista com outros olhos no nosso país, dando ênfase a educação especial inclusiva, ou seja, a educação que não separa as pessoas com deficiência e as ditas normais, pois qualquer uma delas tem e devem ter o direito de estar entre todos na sociedade. O papel do educador é incluir os alunos com deficiência tanto na escola, como também na sociedade, visando sempre para a questão de essa pessoa não ficar isolada e nem perdida na sociedade. Tem-se o papel de ensinar pelo menos o básico para o aluno com deficiência a conviver na sociedade, no meio das demais e não se sentir excluída em qualquer ambiente.

Palavras-chave: História. Inclusão. Sociedade. Educação.

ABSTRACT

During a period not our country, a special education had a "non-teaching" time, it was something that passed away from our society, it was from 1970 that the special education happened to be seen with other eyes in our country, emphasizing to inclusive special education, that is, education that does not separate as persons with disabilities and as normal, for any one of them with the right to be among all in society. The role of the educator is inclusive, as well as in society, always aiming at the question of the person not being isolated or lost in society. We have the role of teaching at least the basics to the disabled student and living in society, in the middle of others and not feel excluded in any environment.

Keywords: History. Inclusion. Society. Education.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial é responsável pelo atendimento e pela educação de pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja essa quando nasce ou que adquire durante a vida. As pessoas com deficiência têm o mesmo direito de aprendizagem nas escolas regulares do que as ditas normais, a diferença é que elas têm o direito de um profissional capacitado e especializado na deficiência que o aluno porta, mas existem lugares que a educação especial é feita fora do sistema regular de ensino.

Este artigo aborda as variadas formas de inserir uma pessoa com deficiência na sociedade em que vivemos, mesmo esta sociedade sendo preconceituosa. Dando ênfase também nos receios familiares de deixarem seu filho com deficiência irem a escola, pois na maioria das vezes o preconceito com essa criança irá começar a partir da rede de ensino, pois, por muitas vezes a criança se fecha ainda mais por ter sido excluída de algumas atividades que foi passada na escola, sendo assim, os pais preferem por muitas vezes por seu filho em uma rede privada, pois por estar pagando, pensam que seu filho está sendo melhor tratado, melhor ensinado e até mesmo melhor recebido.

Sempre vimos a educação especial como um problema na sociedade, por isto, a família que tem uma pessoa especial tenta correr sempre atrás de seus direitos.

Para matricular uma criança na rede de ensino, seja privada ou pública, devemos conhecer sua história, sua deficiência, sua família, seu modo de vida, etc.

2 PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, de terem acesso à educação.

Evidências e que a inclusão ou a exclusão das pessoas com deficiência estão intimamente ligadas às questões culturais.

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

Hoje, muitos autores defendem este sistema de Ensino Especial paralelo, criado para educar os portadores de uma diferença, contribuem também para que sejam segregados, e excluídos da sociedade que os nega. Estes autores parecem que desconhecem a importância de se construir um processo de inclusão, gradativo, que é aconselhado por muitos.

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular.

Enquanto educadores, nosso papel frente à inclusão, reside em acreditar nas possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos denominados normais, terão de se tornar mais solidários, acolhedores diante das diferenças e, crer que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída

segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

A prática da educação inclusiva merece cuidados especiais, pois estamos falando do futuro de pessoas com necessidades educacionais especiais. Antes mesmo de incluir, é importante certificar-se dos objetivos dessa inclusão, para o aluno, quais os benefícios/avanços, ele poderá ter, estado junto aos alunos da rede regular e produzir transformações.

A educação especial surgiu com muitas lutas, organizações e leis favoráveis aos deficientes e a educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996.

Historicamente, a educação especial tem sido considerada como educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento, além das pessoas superdotadas que também têm integrado o alunado da educação especial.

A deficiência principalmente a mental tem características de doenças exigindo cuidados clínicos e ações terapêuticas.

A educação dessas pessoas é denominada de educação especial em função da “clientela” a que se destina e para a qual o sistema deve oferecer “tratamento especial” tal como contido nos textos da lei 4024/61 e da 5692/71, hoje substituída pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96.

Como se pode constatar na atual LDB, há sensível evolução, embora o alunado continue com “clientela” e a educação especial esteja conceituada como modalidade de educação escolar oferecida a educandos portadores de necessidades especiais.

3 A AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para discutir a afetividade na Educação Especial, temos que entender que todos os indivíduos, como crianças e adultos portadores de qualquer deficiência têm o direito à Educação e a reabilitação durante suas vidas. Os obstáculos terão de ser superados, e temos que nos opor ao incrível isolamento profissional, ou seja, a forma separatista que muitos especialistas trabalham.

Portanto Médicos, Psicólogos, Sociólogos, Educadores, Terapeutas, etc., terão que desenvolver esforços com a interdisciplinaridade, não só para compreender a diversidade e a variedade humana como também para educar, reabilitar e integrar todos os que apresentam necessidades diferenciadas. Heloysa Dantas, da Faculdade de Educação da USP, estudiosa da obra de Wallon há 20 anos, explica que,

Educação e Reabilitação são tudo o que permite ao indivíduo aprender e reaprender novas aquisições, novas competências e novas atitudes, ou seja, tudo o que possa ajudá-los a crescer, desenvolver e readaptar, proporcionando desta forma sua inserção na sociedade. (DANTAS, 2003, p.7)

E enfatiza também que,

[...] sem a Educação e a Reabilitação, os deficientes não poderão atingir uma vida de valor e de significado humano. Portanto os programas educacionais e reabilitativos adaptados fazem a diferença para esses alunos de forma gratificante no tocante ao bem estar e a qualidade de vida dos mesmos. Neste contexto as Sociedades civilizadas, não se podem contentar somente em dar assistência aos deficientes, mas dar-lhes o direito fundamental de desenvolverem e ampliarem os seus potenciais habilitatórios e cognitivos. (DANTAS, 2003, p.7)

Porém os serviços educacionais e reabilitativos falham nesta obrigação social, pois cada vez mais se segregam os deficientes, impedindo-os de contribuir ativamente e produtivamente para a vida da comunidade, onde devem estar inseridos. No entanto, a presença de uma deficiência, de uma dificuldade ou de uma desordem, não deve alterar a necessidade de respeitar a dignidade humana dos deficientes. Educá-los e reabilitá-los é uma luta pelos direitos humanos, que se deve impulsionar com determinação, onde a deficiência não é uma condição fixa ou inalterável, o indivíduo deficiente está aberto a modificação do seu potencial habilitativo e cognitivo.

Assim, pode-se compreender a afetividade no processo ensino-aprendizagem, podemos dizer que é de grande importância para o desenvolvimento emocional, intelectual, social e afetivo de uma criança, seja ela portadora de necessidades ou não a presença da família.

A família tem como principal objetivo a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Educação, dizemos que vem de casa, a participação da família no incentivo, na vida afetiva, no aprendizado da criança, é de extrema importância para seu desenvolvimento. Por isso que, em qualquer projeto educacional, a família deve participar, discutir, valorizar e preocupar-se com que os filhos fazem na escola. Segundo Chalita,

Falar de família é sério, porque a família tem que ser transparente com os filhos. O ambiente familiar é um espaço em que as máscaras devem dar lugar a face transparente, sem disfarce, no qual o diálogo é primordial para a socialização do conhecimento. (CHALITA, 2003, p.8)

Segundo Chalita,

O indivíduo que somente aprende a obedecer não estará preparado para a sociedade complexa deste novo milênio. Se for errado fumar maconha, os pais têm de explicar o motivo, se não faz bem a heroína, ou se o aborto é um crime, os filhos precisam estar preparados para dizer não aos estranhos que possam induzi-los aos erros. (CHALITA, 2003, p.8)

A família é essencial para o desenvolvimento de uma criança, fazendo com que a mesma se sinta valorizada. Quando a criança começa a gatinhar, quando começa a dar os primeiros passos, que loucura a festa que os pais fazem pelos primeiros passos, a vibração e a alegria de ver seus filhos passando por todas as fases até começar a caminhar, esta participação dos pais na vida de seus filhos, aumenta ainda mais os laços afetivos entre os mesmos. A preparação dos filhos para ir a escola, a preocupação com o lanche, o material, a preocupação de ir e voltar bem e com segurança, essas atitudes envolvem muito Amor por partes dos pais. Contudo, o afeto não é dar de tudo, as melhores férias, as melhores escolas, as melhores roupas.

O afeto é amor, é presença, carinho, mas sempre com a responsabilidade de colocar os limites, como guardar os brinquedos espalhados pelo quarto ou pela sala, enfim, cuidar de seus pertences e de suas obrigações.

Segundo Chalita,

A família tem que ter consciência da dimensão do afeto: afeto no preparo, afeto na vinda, afeto na criação, afeto na compreensão dos problemas que afligem os pequenos na primeira infância, tais como: acabou o lápis amarelo. Ora pensará o pai, que bobagem, isso não é problema. É problema, sim, o desenho que não ficou pronto, que não ficou bonito. É problema a dúvida na lição de casa, a ansiedade com os trabalhos escolares, e por outro lado, como é bom para o filho poder mostrar suas prodigiosas conquistas aos pais. (CHALITA, 2003, p.9)

E como é triste para o filho, quando ele não encontra a devida atenção. O pai chega cansado e quer ver televisão, quer navegar pela Internet, quer ler, e o filho quer mostrar o desenho, a lição de casa, ou seja, necessidades e descobertas da criança e do adolescente que causam ansiedade e perspectivas em relação aquilo que sabem e conseguem fazer no mundo dos adultos. São universos distintos, e o lado maduro e experiente deve dar atenção ao lado que ainda está no início do processo de desenvolvimento. Estes momentos de descobertas, de superações de obstáculos e de aprendizagem, provocam reações diversas no emocional da criança e do

adolescente, tais como, medo, insegurança, alegria, tristeza, solidão, precisando dessa forma de compreensão, atenção, explicação de suas dúvidas, respeito pelos seus limites, solidariedade, companheirismo por parte dos pais, professores e demais profissionais comprometidos com o desenvolvimento dos mesmos.

As emoções, para Wallon, têm um papel preponderante no desenvolvimento das pessoas, é por meio delas que o aluno exterioriza seus desejos e suas vontades. Em geral são manifestações que expressam um universo importante e perceptível, mas pouco estimulado pelos modelos tradicionais de ensino. As transformações fisiológicas de uma criança (ou, nas palavras de Wallon, no seu sistema neurovegetativo) revelam traços importantes de caráter e personalidade. A emoção é altamente orgânica, altera a respiração, os batimentos cardíacos e até o tônus muscular, tem momentos de tensão e distensão que ajudam o ser humano a se conhecer [...]

Explica Heloysa Dantas, da Faculdade de Educação da USP, estudiosa da obra de Wallon há 20 anos.

Segundo ela, a raiva, a alegria, o medo, a tristeza, e os sentimentos mais profundos ganham força relevante na relação da criança com o meio.

Conforme Dantas (2003, p.9) A emoção causa impacto no outro e tende a se propagar no meio social.

E a pedagoga Izabel Galvão também da USP, completa,

Ela diz que a afetividade é um dos principais elementos do desenvolvimento humano. Wallon considera a pessoa como um todo. Afetividade, emoções, movimentos e espaço físico se encontram num mesmo plano.

4 ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Nos últimos anos as estratégias de aprendizagem têm adquirido uma importância cada vez maior tanto na investigação psicológica como na prática educativa. No princípio, as teorias psicológicas seguiam os modelos pelos quais se acreditava que os sujeitos eram meros receptores passivos da informação e seu conhecimento era a mera repetição das informações que recebiam do professor.

Ultimamente as teorias se aproximam de posições nas quais o aprendiz tende envolver-se ativamente na gestão de seu conhecimento, construindo-o mediante a relação da nova informação com as já adquiridas. Da mesma maneira entende-se que o aluno com deficiência intelectual aprende significativamente quando estabelece conexões do novo conteúdo com conceitos já conhecidos. Nesse processo de construção, não ocorre uma simples associação, mas uma interação entre os conceitos pré-existentes e a nova informação, os quais servem de ancoradouro para que o novo possa adquirir significado para o sujeito. Assim sendo, as novas informações são incorporadas e assimiladas, porém essa relação acaba por modificar esses esquemas prévios, ocasionando uma transformação do conhecimento. Para tanto, é necessário que sejam desenvolvidas diferentes estratégias de ensino aprendizagem de forma a proporcionar ao aluno melhor interação, participação e desenvolvimento deste nas atividades propostas, possibilitando-lhe o acesso ao conhecimento. Através de estratégias é estabelecido o que é necessário para desenvolver e resolver as atividades apresentadas e determinam quais as técnicas mais adequadas para se utilizar na execução das mesmas, no processo de aprendizagem.

O planejamento das estratégias pode ser comparado a uma forma, na qual todos os alunos devem estar enquadrados e, portanto, na prática, todos devem construir o conhecimento pelos caminhos traçados pelos procedimentos pedagógicos anteriormente estipulados. Desta forma, o professor precisa planejar variadas estratégias de ensino, pois nem todos os alunos constroem o conhecimento pelos mesmos caminhos, ou seja, os alunos têm diferentes

estilos de aprendizagem. Neste sentido, vale ressaltar que apesar de haver vários estudos acerca da deficiência intelectual, como os de Inhelder, nos quais mostram as oscilações e ritmos diferenciados no processo de construção da inteligência desses alunos, cada sujeito pode apresentar uma experiência de aprendizagem diferenciada, dependendo das suas experiências e do contexto educativo no qual esteja inserido.

Consequentemente, não se justificam práticas centradas em nivelar cognitivamente os alunos, centradas nas limitações decorrentes da deficiência intelectual. Devem sim, serem aproveitadas as potencialidades que esses alunos dispõem em suas vivências, pois para que ocorra a aprendizagem significativa, as estratégias de ensino precisam estar articuladas ao interesse do aluno e ao que ele já sabe. Assim, afirmamos que não existe um método ideal para o direcionamento das atividades para os alunos com deficiência intelectual. Mas deve-se refletir constantemente sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, sobre a própria prática e sobre as oportunidades de interação do aluno com o objetivo de conhecimento, para o fim de avaliar a eficácia das estratégias, bem como propor adaptações ou alterações de procedimentos.

Por fim, quanto mais diversificados e adequados às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras de aprendizagem.

O planejamento é o fio condutor do processo ensino-aprendizagem. É nele que os objetivos e estratégias são articulados, ou seja, é por meio dele que as práticas educacionais tornam-se adequadas às reais necessidades dos alunos.

Isso não significa dizer que o planejamento é algo fechado e completo, pelo contrário, conforme a exposição de Fusari (2004, p.10) O importante é manter o planejamento como uma prática permanente de crítica e reflexão".

Portanto, o planejamento é entendido como um processo, ou seja, ele deve ser flexível e passível de alterações sempre que necessário. O professor deverá reavaliar suas práticas em sala de aula constantemente, fazendo modificações

necessárias no planejamento, buscando ajustá-lo de forma a atender às necessidades educacionais dos alunos, sempre questionando, quais foram os processos mentais que ele utilizou para chegar a resposta? O que ele já sabe a respeito desse conhecimento? O que ele ainda não sabe, mas está em vias de aprender? Quais outras estratégias educacionais eu posso utilizar para mediar a construção desse conhecimento.

O professor deve explorar todos os canais de conhecimento da criança, sua experiência com o mundo, suas formas de interação e suas maneiras particulares de aprender, sendo um observador, apoiado pela equipe pedagógica da escola que deve possibilitar recursos para melhor organização das condições em que se ensina.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consubstanciada na Resolução CNE/CP nº. 02/2001 enfatiza a importância da avaliação do processo de ensino e aprendizagem para a identificação das necessidades educacionais especiais. Assim, na área da deficiência intelectual este processo deve nos permitir

“Conhecer as possibilidades e limitações da pessoa com deficiência mental para, com ela, captar os indícios, os sinais que nos dá sobre seu processo evolutivo e pelo qual ela se aproxima da resolução de suas dificuldades” (PADILHA, 2001, p.177).

Nesta perspectiva, o processo de avaliação da aprendizagem deve ser um processo dinâmico que envolve a relação interpessoal que se estabelece entre professor e aluno; valoriza o processo de ensino e de aprendizagem, busca conhecer as estratégias de aprendizagem dos alunos e oferecer sugestões potencialmente úteis para o ensino.

De acordo com Atendimento Educacional Especializado para alunos com Deficiência Intelectual, segundo professores pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria, para o trabalho com aluno com Deficiência Intelectual se faz necessário:

- Conhecer o aluno Como destacamos anteriormente ao elaborar o planejamento devemos romper com a concepção de educação acrítica que contempla uma visão de alunos iguais. Esse “planejar”, implicaria em revisitar o, já mencionado, momento dos “métodos e técnicas” e das especificidades da Educação Especial, no qual se previam metodologias de ensino específicas para alunos específicos, dentre eles os alunos com deficiência intelectual. Contrapondo esse pensamento, Mrech enfatiza que,

O mesmo tipo de deficiência pode gerar processos inteiramente diferentes de desenvolvimento do aluno, a partir de contextos sociais distintos. [...] cada caso é um caso e tem que ser considerado de uma maneira específica. (MRECH 2001, p.6)

Nesse sentido, ao planejar as atividades para os alunos com deficiência intelectual, você deve-se atentar que é preciso conhecer o aluno nos seguintes aspectos: - realidade familiar e social; - características pessoais; - interesses e peculiaridades; - processo de aprender; - necessidades de aprendizagem; - o que ele já sabe e o que está em vias de aprender.

Considerando esses aspectos poderemos organizar um planejamento voltado para a diversidade de forma a contemplar suas reais necessidades e potencialidades de aprendizagem, para que assim, todos possam aprender e conseqüentemente se desenvolver.

- Coletividade Conforme consta no Art. 8º da Resolução CNE/CEB nº 02/01, no inciso V, em sala de recursos será realizada a complementação ou suplementação curricular, bem como, no inciso IV, alínea “a”, as classes comuns devem contar com a atuação colaborativa de professor especializado em educação especial. A partir do exposto compreende-se que a organização do planejamento deve superar a prática fragmentada e desarticulada, onde o professor de sala de recursos e o professor de sala de aula realizam individualmente os seus trabalhos, pois, mesmo que ambos estejam capacitados, individualmente farão menos que o necessário na construção de uma escola para todos.

Se o professor ou educador que se distrai dessa parceria na elaboração do planejamento, ambos os professores deixam de ser responsáveis solitários frente às ações de enfrentamento das desigualdades existentes, dos mecanismos de exclusão herdados de uma educação homogeneizadora. Sendo que, ao estabelecerem trocas de experiência, ao trabalharem em equipe, em cooperação poderão ter uma percepção mais coesa e compreensiva das barreiras de aprendizagem e dos diferentes estilos de aprendizagem dos seus alunos. Enfim, o planejamento na coletividade contribuirá para a definição de objetivos e da escolha de procedimentos e recursos que atendam as reais necessidades dos alunos, favorecendo o processo de construção de aprendizagem e o desmantelamento de práticas educacionais socialmente cristalizadas, em busca de mudanças conceituais e atitudinais, sobretudo de novos caminhos para que o processo educacional seja, de fato, significativo para todos.

- A utilização de um único método de ensino pode até contribuir para a construção da aprendizagem de alguns alunos, no entanto, esse mesmo método específico pode se constituir como barreira de aprendizagem para outros. Desta forma, o professor precisa planejar estratégias diversificadas de ensino, pois nem todos os alunos constroem o conhecimento pelos mesmos caminhos, ou seja, os alunos têm diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Considerando as dificuldades que os alunos com deficiência intelectual apresentam e a necessidade do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem elaborada, que visam atender e facilitar o desenvolvimento de todos os alunos é necessário que o professor ao planejar suas aulas tenha o conhecimento de qual prática está utilizando para atender as diferenças sem excluir a participação do aluno no conteúdo trabalhado em sala. Por muito tempo, preconizou a ideia que para atender a diferença na sala de aula eram necessárias atividades diferenciadas aos alunos com deficiência, realizando adaptações curriculares, não considerando o conteúdo trabalhado. Tais adaptações seriam atividades de facilitadas, simplificadas, ou mesmo em atividades geralmente de ordem prática (atividades manuais, de percepção, memorização, etc.) que definiam, a priori, o que o aluno seria capaz de fazer, limitando ainda sua possibilidade de lidar com atividades de caráter conceitual.

É importante ressaltar que a construção de uma autonomia moral e intelectual só ocorre em ambientes nos quais as crianças têm oportunidades de fazer opções e vivenciar as consequências de suas escolhas. Essa prática favorece a criança opções de escolha sobre o que quer aprender, possibilita maior envolvimento, bem como a vivência de poder atuar intelectualmente diante de uma tarefa, tornando as atividades mais significativas. Assim, ao disponibilizar ao aluno a possibilidade de escolher as atividades que deseja realizar, permite ao mesmo sair de uma posição passiva diante da aprendizagem, sendo construtor do próprio saber.

Desta forma, o professor deve disponibilizar diversas atividades dentro do mesmo contexto trabalhado, a fim de que o aluno possa optar qual deseja realizar. Quanto mais diversificados e adequados às diferenças de ritmo e estilos de aprendizagem dos alunos forem os métodos de ensino, menores serão as barreiras para sua a aprendizagem.

- Entende-se que para uma aprendizagem significativa, o aluno com deficiência intelectual aprende significativamente quando estabelece conexões do novo conteúdo com conceitos já conhecidos. Nesse processo de construção, não ocorre uma simples associação, mas uma interação entre os conceitos pré-existentes e a nova informação, os quais servem de ancoradouro para que o novo possa adquirir significado para o sujeito. Assim sendo, as novas informações são incorporadas e assimiladas, porém essa relação acaba por modificar esses esquemas prévios, ocasionando uma transformação do conhecimento, sendo assim as aprendizagens significativas consideram, então, as experiências anteriores e conhecimentos previamente elaborados pelo aluno.

Conforme o MEC (1999),

[...] nem todos os alunos e alunas se apresentam com a mesma bagagem, da mesma forma, no que se refere às aprendizagens já por eles efetivadas. Todos os alunos e alunas têm capacidades, interesses, ritmos, motivações e experiências diferentes, que mediatizam seu processo de aprendizagem, fazendo que seja único e diferente, em cada caso. (MEC, 1999, p. 17)

Nesse sentido, por mais que estudos acerca da deficiência intelectual, como os de Inhelder, mostrem os diferentes processos de construção da inteligência dos alunos, cada sujeito pode apresentar uma experiência de aprendizagem diferenciada, dependendo das suas experiências e do contexto educativo no qual esteja inserido.

Assim sendo, dependendo da forma como for empregado, tanto o método instrucional, quanto o método da descoberta podem ser ineficientes, porém o contrário também é verdadeiro. De acordo com MEC (2003),

Se tais métodos considerarem as vivências dos alunos, os seus conhecimentos já consolidados, ambos poderão contribuir para uma aprendizagem receptiva ou por descoberta verdadeiramente significativa. O aluno não constrói significados a partir dos conteúdos de aprendizagem sozinhos, mas, em uma situação interativa, na qual os docentes têm um papel essencial, já que qualquer coisa que façam ou deixem de fazer é determinante para que o aluno aprenda ou não de forma significativa. (MEC 2003, p.161)

5 PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação inclusiva, apesar de já fazer parte da realidade educacional brasileira há anos, ainda encontra barreiras para se estabelecer como prática em todas as escolas. A começar pela própria definição de inclusão, professores, coordenadores e diretores não encontram suporte suficiente para fortalecerem seus conhecimentos sobre o assunto.

A discussão sobre a inclusão se restringe a pessoas com necessidades especiais e populações indígenas. Limitações físicas e intelectuais são as primeiras referências de professores quando perguntados sobre inclusão. Raramente são mencionados os jovens com “transtornos invisíveis”, como a dislexia, o déficit de atenção, ou a discalculia. Também não estão nesta lista alunos com diferenças culturais e idiomáticas significativas, ou em situações socioeconômicas desfavoráveis.

A definição de inclusão acaba sendo exclusiva. Essa é uma questão preocupante, pois alunos que aprendem de maneiras diferentes precisam ser contemplados, independente de fazerem ou não parte de um grupo que merece atenção especial. Uma criança com dislexia pode ser tão ou mais marginalizada em uma sala do que uma criança que usa cadeira de rodas.

Inclusão significa diferenciar tanto o currículo de ensino, como as maneiras de ensinar e avaliar alunos. Independente de qual seja a definição, uma educação inclusiva se inicia por adequar o espaço, o conteúdo ensinado, os recursos com os quais se ensina e o tempo no qual tudo isso acontece. Ao adequar a sala de aula para que atenda a todos os alunos, o professor inicia a inclusão de todos, inclusive de si mesmo. Dentre os recursos que podem ser utilizados estão jogos, materiais de apoio pedagógicos, materiais audiovisuais e sensórios, softwares, etc., também conhecidos como ferramentas de ensino. Muitos alunos precisam de intermediários para facilitar sua aprendizagem, e ter esses recursos em sala de aula pode enriquecer o planejamento e a rotina do professor ou coordenador.

6 TECNOLOGIAS FACILITADORAS PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA MENTAL

A procura crescente do software por pessoas que possuem necessidades especiais. Na utilização do computador como ferramenta no processo de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual sob a perspectiva da construção do conhecimento além da utilização de softwares pelo aluno, ainda podemos trabalhar com editores de texto, editores de imagem, e a Internet como fonte de pesquisa, acesso à informação e comunicação para os alunos. E se tratando da Internet, você poderá encontrar ainda inúmeros sites com jogos e programas disponíveis gratuitamente para download, no entanto, caberá a você identificar dentre esses quais levarão seus alunos a construir conhecimentos.

Vimos que o desenvolvimento de práticas pedagógicas no atual contexto educacional deve priorizar a realização de atividades desafiadoras, que estimulem nos alunos a capacidade de criação, de descoberta e de construção de conhecimentos.

Nessa perspectiva, acreditamos que o computador é uma ferramenta potencializadora de sua prática no desenvolvimento de atividades que possibilita aos alunos com deficiência desenvolverem tais habilidades.

6.1 Computador e Internet

Trata-se de um recurso atrativo, que pode ser utilizado em diferentes situações: de escrita, de desenho, de pesquisas e lúdico. Através deste, o aluno entra em contato com o mundo virtual, descobrindo inúmeras possibilidades para novos conhecimentos, fazendo buscas em sites, trocando informações e ampliando suas redes de amizades através das trocas de e-mail.

Objetos de aprendizagens/software: De acordo com o RIVED (Rede Interativa Virtual de Educação), um programa da Secretaria de Educação a Distância – SEED do Ministério da Educação, um objeto de aprendizagem é qualquer

recurso digital com conteúdo pedagógico que possa ser reutilizado para dar suporte ao aprendizado. Os objetos de aprendizagem produzidos pelo RIVED são atividades multimídia, interativas, na forma de animações e simulações. A ideia principal é que o aluno, através de atividades onde ele pode escolher as alternativas, possa, ludicamente e em pequenas doses, explorar fenômenos da natureza.

Esses fenômenos que podem lhe parecer inusitados, abstratos e difíceis, acabam sendo, muitas vezes, do seu próprio cotidiano. O objetivo então de tais tecnologias é despertar a curiosidade do aluno e ajudá-lo a compreender e relacionar conceitos, experimentar e interpretar situações, enfim, construir o conhecimento, através de um programa amigável e visual atraente. Utilizar um objeto de aprendizagem é quase um aprender brincando, onde não se tem medo de errar, porque o usuário pode testar e tentar as alternativas tantas vezes que quiser. Assim, os objetos de aprendizagens, podem ser utilizados como estratégia de ensino, para construção da autonomia e emancipação dos alunos.

6.2 Cartazes

O trabalho com cartazes se faz necessário para crianças com deficiência intelectual, pois ele possibilita a visualização de um conhecimento aprendido tornando referências visuais, ou seja, através do cartaz o aluno consegue visualizar os conteúdos trabalhos facilitando a compreensão e memorização.

O Trabalho com o aluno em sala de aula é fundamental para o desenvolvimento do aluno e para que o aluno sintá-se aceito, fazendo parte do contexto, participando de todos os momentos oferecidos nas aulas.

É indispensável que haja um trabalho em conjunto com a sala e demais alunos, estimulando o bom relacionamento e cooperação entre todos. Proporcionando desta forma companheirismo, aceitação e amizade entre todos na sala de aula, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e o potencial de cada aluno, no respeito às suas diferenças.

Exemplos de estratégias possíveis de serem desenvolvidas, MEC (2003),

- Dar ênfase em projetos e atividades relacionadas à vida real dos alunos, trabalhando as competências e habilidades que o aluno possui.
- Manter uma rotina diária de trabalhos.
- As atividades devem ser explicadas de forma lenta e tranquila, repetindo quantas vezes forem necessárias, (a repetição e rotina de aplicação das atividades, possui grande importância no desenvolvimento, compreensão e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual).
- É importante utilizar o interesse que o aluno apresenta por determinados assuntos, temas e formas de realizar as atividades, (assim é possível estar organizando e planejando os desafios propostos aos alunos).
- Observar como o aluno reage e age em cada situação e atividades aplicadas, como as realiza. Estar atento para auxiliá-lo, para que desenvolva uma melhor forma de potencializar o aprendizado do aluno.
- Trabalho em duplas ou grupos em sala de aula.
- Ateliês, cantinhos, oficinas, (onde o aluno poderá estar realizando atividades diversificadas em sua própria sala de aula regular, como leitura, escrita, jogos, pesquisa, recorte, pintura, desenho, etc.).
- Propor trabalhos e atividades que possam auxiliar o desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidados pessoais e autonomia.
- Utilizar diferentes recursos para produção de escrita e leitura: letras móveis, computador, lápis adaptados, jogos, etc.;
- Em atividades de matemática poderão ser utilizados os seguintes recursos: blocos lógicos, ábacos, calculadoras, dados, jogos, etc.;
- Dramatizações com músicas, teatros e leituras;
- Adotar procedimentos pedagógicos visando à descoberta do aluno nas situações problemas;

- A criança deve saber quando respondeu corretamente. Se a resposta estiver incorreta deve-se dizer a criança, mas faça com que esteja próxima a resposta correta;
- Trabalhar juntamente com o aluno a autocorreção de suas atividades;
- Proporcionar maior espaço de tempo entre as repetições de temas, a acumular experiências num curto espaço de tempo;
- Utilizar cartazes de referências e orientações:, calendário, presença, rotina, aniversário, alfabeto, números, etc.;
- Trabalho de campo, pesquisas, atividades com práticas e vivências estimulando o conhecimento e novas ações.

7 A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

A Constituição Federal determina que deve ser garantido a todos os educandos o direito de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, de acordo com a capacidade de cada um (art. 208, V) e que o Ensino Fundamental completo é obrigatório.

Por isso, é inegável que as práticas de ensino devem acolher as peculiaridades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência. Mas não é isso o que as escolas têm feito e esta é a grande chave para que a educação escolar das pessoas com deficiência intelectual possa acontecer com sucesso nas classes comuns de ensino regular.

Para atender esta demanda a escola deve promover mudanças de modo que consiga possibilitar a todos sem exceção um ensino de qualidade que respeite as diferenças e especificidades do ser humano, ou seja, na perspectiva da inclusão não é o aluno que se adapta ao ensino e sim a escola que deve promover meios para que este aluno acesso ao conhecimento.

Desta forma, baseados em uma perspectiva de escola para todos, o professor deverá encontrar meios para ensinar todos os alunos, independente de suas necessidades físicas, mentais, psicológicas e sociais: afinal, a educação é um direito de todos.

São consideradas pessoas com deficiência intelectual aquelas que possuem funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

O deficiente intelectual necessita aprender a ser e a viver como realmente é: uma pessoa com direitos e deveres, que necessita ser educado de forma significativa a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo e confiança para conquistar competência intra e

interpessoal. A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento. Mantoan diz que:

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do seu atendimento especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedade de abordagens do mesmo. Este parece ser o maior desafio da inclusão, pois provoca inúmeras transformações que são necessárias para o ensino escolar como um todo. (MANTOAN, 2007, p.15)

A entrada do aluno com deficiência intelectual na escola regular, numa perspectiva inclusiva, proporciona um momento diferenciado para a educação brasileira, na medida em que possibilitam um processo de criação pedagógica, na busca de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas capazes de atingirem o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas diferenças e levando-os a inserção no mundo cultural e na vivência histórica enquanto homem presente e atuante em seu tempo. A condição de deficiência intelectual não pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo.

A educação na área da deficiência intelectual deve atender às suas especificidades sem se desviar dos princípios básicos da educação proposta às demais pessoas. Assim sendo,

Os princípios inclusivistas apontam que elas devem frequentar desde cedo à escola, a qual deve valorizar, sobretudo, os acertos da criança, trabalhando sobre suas potencialidades para vencer as dificuldades. (OLIVEIRA, 2008).

De fato, as práticas escolares convencionais não dão conta de atender à deficiência intelectual, em todas as suas manifestações, assim como não são adequadas às diferentes maneiras dos alunos com qualquer deficiência, abordarem e entenderem um conhecimento de acordo com suas capacidades.

Essas práticas precisam ser urgentemente revistas, porque, no geral, elas são marcadas pelo conservadorismo, são excludentes e, conforme visto, inviáveis para os alunos que temos hoje nas escolas, em todos os seus níveis. Assim, de acordo com a proposta de uma educação inclusiva pode caracterizar-se como uma nova possibilidade de reorganização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender às diferenças de seus alunos, há de se pensar num novo projeto pedagógico: flexível, aberto e dinâmico. Projeto capaz de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas, repensando o papel da escola e seus objetivos educacionais. (OLIVEIRA, 2004).

Não se trata de negar os conhecimentos curriculares, ao contrário, é justamente favorecer ao aluno com deficiência intelectual o acesso ao conhecimento disponível historicamente como fator de emancipação humana, mas ao mesmo tempo, respeitar sua condição própria de aprendizagem, sem querer igualá-lo ao outro, ao contrário, cabe à escola encontrar formas de valorizar e considerar o “jeito” de ser e aprender de crianças e adolescentes com deficiência intelectual.

Trata-se, justamente, como diz Padilha (2001, p.135) de vencer as barreiras de sua deficiência – expandir possibilidades, diminuir limites, encontrar saídas para estar no mundo, mais do que ser apenas uma pessoa do mundo.

8 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Levando-se em conta que o Atendimento educacional Especializado é uma modalidade de ensino que necessariamente não tem por obrigação seguir uma grade curricular, mas sim o desenvolvimento de atividades e conteúdos que venham de encontro ao interesse e necessidade dos alunos acreditaram que o trabalho realizado dentro de uma perspectiva de projetos possa contribuir para a aprendizagem e formação dos alunos, na medida em que possibilita uma maior autonomia diante das situações propostas, pois permite que o mesmo viva desde o seu planejamento até a sua execução, levantando hipóteses, investigando e registrando suas descobertas. As atividades são realizadas a partir do levantamento de temas de interesse dos grupos de trabalho.

Dentro da perspectiva de desenvolvimento de projetos a metodologia seguirá algumas etapas:

- Levantamento dos interesses individualmente (painel dos gostos, fichas, recortes, desenhos, visita de campo);
- Escolha do tema em comum (coletivo);
- Planejamento das ações; (pesquisas, cartazes, roteiros, ilustrações, dramatizações, construção de textos individuais e coletivos; passeios e visitas; entrevistas;).
- Registros: o que queremos saber? o que já sabemos? Onde buscar essas informações? Produto final: Os projetos devem ser finalizados com atividades concretas, realizadas pelos alunos, é por meio deles que se concretiza a aprendizagem e que se socializam os conhecimentos adquiridos.

Considerando estes aspectos poderemos organizar um planejamento voltado para a diversidade do aluno e que contemple suas reais necessidades e potencialidades de aprendizagem, para que assim todos possam aprender e conseqüentemente se desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste estudo que fizemos, fica esclarecido que toda pessoa tem direitos deveres e responsabilidades, independente de ter uma deficiência ou não. Pois perante a sociedade existem leis que protegem pessoas com deficiências mesmo que de fato não fosse preciso essas leis para algumas pessoas enxergarem que todos têm direitos iguais, mas assim como em alguns lugares existem pessoas de olhos fechados para este assunto, existem também pessoas com deficiência que tem medo de estar no meio da sociedade por conta da famosa exclusão.

A educação especial deve ser mantida em todas as escolas da rede pública e privada fazendo com que seja verdadeiramente inclusiva, mas nem todas as pessoas responsáveis pelas escolas querem abrir os olhos para essa situação. Precisamos que todos pensem lembrem e hajam de forma inclusiva diante da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-importancia-da-afetividade-na-educacao-inclusiva/33608>> Visitado em: 12 de Dezembro de 2017.

<<https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estrategias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf>> Visitado em: 12 de Dezembro de 2017.

<<https://www.acasacuca.com.br/dificuldade-aprendizado/>> Visitado em: 12 de Dezembro de 2017.

CHALITA, Gabriel. **A educação está no afeto**. São Paulo. Editora Gente, 2001.

FUSARI, José Cerhi. **Formação contínua de educadores na escola e em outras situações. O coordenador pedagógico e a formação docente**, 5ª ed, São Paulo: Loyola, 2004, capítulo I, p. 17-25.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.